



São Paulo, 07 de maio de 2026

Ao Excelentíssimo Senhor,

Ministro da Educação da República Federativa do Brasil, Leonardo Barchini

Assunto: Reivindicações do movimento estudantil em defesa da permanência universitária, da democratização do ensino superior e das condições dignas de vida e estudo de bolsistas e prounistas.

Excelência,

A União Nacional dos Estudantes (UNE), a União Estadual dos Estudantes de São Paulo (UEE-SP), o Diretório Central dos Estudantes da Universidade Paulista (DCE UNIP) e demais entidades representativas do movimento estudantil, por meio de estudantes reunidos no II Encontro Nacional de Prounistas e Bolsistas, vêm apresentar ao Ministério da Educação contribuições e reivindicações construídas a partir da experiência cotidiana dos beneficiários do Programa Universidade para Todos (ProUni).

Há 21 anos, o ProUni contribui para transformar o perfil social do ensino superior brasileiro, ampliando o acesso de jovens negros, periféricos e oriundos da escola pública à universidade. O programa representa uma das mais importantes políticas de democratização do acesso ao ensino superior no país.

Ao mesmo tempo, a experiência dos estudantes demonstra que os desafios da democratização não se encerram no ingresso à universidade. Muitos bolsistas ainda enfrentam dificuldades relacionadas à burocracia dos processos de renovação e comprovação documental, falta de informações claras, ausência de canais permanentes de apoio e insegurança em relação à manutenção da bolsa.

Também são recorrentes relatos sobre dificuldades de integração acadêmica, especialmente em razão da demora na divulgação dos resultados do ProUni, que frequentemente faz com que estudantes ingressem após o início das aulas, sem políticas adequadas de acolhimento e acompanhamento.

Essa realidade reforça a importância de fortalecer o ProUni não apenas como política de acesso, mas também como política de permanência e inclusão educacional, com mais transparência, participação estudantil, controle social e acompanhamento das instituições participantes.

Nesse sentido, defendemos o aprimoramento dos mecanismos de governança democrática da política pública, assegurando participação ativa dos estudantes na formulação, monitoramento e avaliação do programa.

Diante disso, apresentamos as seguintes reivindicações:

1. Fortalecimento do controle social e da participação estudantil

- i. Retomada imediata da Comissão Nacional de Acompanhamento e Controle Social do ProUni (CONAP), com participação efetiva das entidades estudantis e representação dos bolsistas;
- ii. Criação de espaços permanentes de representação de prounistas e bolsistas nas instituições participantes;
- iii. Construção de mecanismos de governança democrática da política pública, assegurando participação estudantil nos processos de monitoramento, avaliação e aperfeiçoamento do programa;
- iv. Criação de canal nacional unificado de denúncias e acompanhamento de irregularidades envolvendo bolsistas.

2. Transparência e garantia de direitos

- i. Padronização nacional dos processos de renovação e manutenção das bolsas;
- ii. Ampliação da oferta de bolsas e vagas destinadas ao ProUni, especialmente em cursos de alta demanda e grande concorrência social;
- iii. Garantia de transparência ativa das instituições participantes sobre regras, prazos, direitos e procedimentos do programa;
- iv. Proibição de cobranças abusivas e taxas administrativas relacionadas à manutenção da vida acadêmica dos bolsistas;
- v. Garantia de mecanismos de recurso e ampla defesa para estudantes em casos de suspensão ou cancelamento de bolsas;
- vi. Divulgação periódica de dados sobre evasão, cancelamento de bolsas e denúncias relacionadas ao programa.

3. Permanência estudantil e acolhimento

- i. Expansão e fortalecimento da Bolsa Permanência do ProUni, com valores compatíveis com o custo real de vida;
- ii. Criação do pé-de-meia para os estudantes beneficiários do ProUni direcionado a modalidades não contempladas pela Bolsa Permanência;
- iii. Implementação de políticas de acolhimento e integração acadêmica para estudantes ingressantes após o início do semestre letivo;
- iv. Garantia de apoio pedagógico e acompanhamento acadêmico para bolsistas;
- v. Implementação de políticas de saúde mental e atendimento psicológico gratuito aos estudantes;
- vi. Construção de uma Política Nacional de Aluguel Universitário para bolsistas de baixa renda;
- vii. Revisão das regras acadêmicas relacionadas à permanência dos bolsistas, considerando a realidade social e as dificuldades enfrentadas por estudantes trabalhadores, inclusive nos critérios relacionados à dependência e recuperação de disciplinas.

4. Qualidade da educação superior privada

- i. Fortalecimento da supervisão e avaliação das instituições participantes do programa;
- ii. Ampliação da fiscalização sobre qualidade acadêmica, infraestrutura e cumprimento de direitos estudantis;
- iii. Criação do Instituto Nacional de Supervisão e Avaliação da Educação Superior (INSAES), como instrumento de fortalecimento da regulação e da proteção dos estudantes;
- iv. Estabelecimento de critérios mais rigorosos de permanência das instituições no programa, considerando indicadores de qualidade, evasão e denúncias.

5. Prounista também é trabalhador

- i. Atualizar a Lei nº 11.788/2008, como propõe a UNE através dos Projetos de Lei nº 6350/2025 e nº 1587/2026 (Senado Federal) é uma medida inadiável. É preciso garantir que o estágio cumpra seu papel educativo, com remuneração digna, fim dos estágios obrigatório não remunerados, vale-transporte, alimentação, limites de jornada e proteção efetiva aos estudantes contra abusos.

Sem isso, seguimos empurrando milhares de jovens para uma escolha impossível: trabalhar para sobreviver ou estudar para ter futuro, como se essas duas coisas não devessem caminhar juntas.